

A CRISE INTERNACIONAL DO CAFÉ E A REESTRUTURAÇÃO TÉCNICO-PRODUTIVA E COMERCIAL DO SEGMENTO DO CAFÉ ROBUSTA CAPIXABA¹

Celso Luis Rodrigues Vegro²

1 - HISTÓRICO

À semelhança dos demais estados da Região Sudeste, a cafeicultura foi, no Espírito Santo, uma atividade propulsora tanto da constituição de núcleos populacionais como, ainda, ponto de geração de renda e riqueza. Dessa forma, torna-se relevante comentar o histórico de surgimento e consolidação da cafeicultura, procurando ressaltar aspectos estruturais e o papel dessa cultura como indutora de desenvolvimento.

1.1 - A Ocupação Humana

No processo histórico coube ao Espírito Santo o papel de guardião afastado das minas preciosas, pois situava-se estrategicamente entre a rica capitania das Gerais e o oceano. "Fortaleceram-se as guarnições militares; remodelaram-se as fortificações e foi proibido a abertura de estradas ligando o litoral ao interior fronteiriço com as regiões mineiras" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

Esta decisão política da coroa portuguesa fez do Espírito Santo uma província com tradição militar, belicosa e fiscalizadora da produção aurífera das minas.

Até 1888, apenas 15,4% do total do solo capixaba estavam ocupados. O restante era constituído de terras "devolutas", cobertas de mata tropical atlântica.

"Ainda na primeira metade do século XIX, a população estava distribuída nos núcleos de Guarapari, Beneventes, Itapemirim e Nova Almeida, voltadas para a economia canavieira. São Mateus, o único núcleo localizado na região norte, tinha na produção de farinha de mandioca para a exportação sua fonte geradora de renda. Nesta época a ocupação estava limitada, portanto, ao litoral" (CASER, 1992).

De fato, o processo efetivo de colonização do solo capixaba seguiu a evolução da expansão cafeeira tratando-se, portanto, de uma colonização tardia frente

a outros estados.

Exceção deve ser feita à região central, pois ali existiu uma política de colonização desencadeada, - por um lado, pelo fluxo de imigrantes europeus e, por outro, pela decisão monárquica. Nessa região, a partir de 1870, surgiu uma produção familiar com presença forte na cafeicultura, porém diversificada.

A escassa população e, ainda, o papel histórico de tradição militar, contribuíram para a marginalização e, o atraso da região no processo de desenvolvimento econômico ocorrido no País, sobretudo na Região Sudeste que envolve os estados brasileiros mais desenvolvidos.

1.2 - A Marcha Cafeeira: Primórdios

O desempenho da cafeicultura no Rio de Janeiro, em meados do século passado, irradia-se para o Espírito Santo. Na segunda metade do século XIX a cafeicultura passa a substituir os canaviais tornando-se, progressivamente, a principal atividade absorvedora dos capitais disponíveis.

Assim, a cafeicultura capixaba inicia-se pelo sul, apesar do primeiro plantio ter sido realizado, segundo historiadores, em Linhares, região norte.

A atividade cafeicultora não se traduziu em um novo padrão de desenvolvimento econômico, mas sim em uma substituição interna no modelo primário exportador canavieiro. O café, naquele período, mostrava vantagens comparativas conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana-de-açúcar. Toda a estrutura produtiva canavieira é reproduzida nos cafezais: o regime escravocrata e a grande propriedade monocultora.

"Tão vigorosa foi a expansão da cafeicultura que, apenas entre 1852 a 1862 a exportação deste produto passou de 95.053 arrobas para 223.442 arrobas. No mesmo período, a exportação de açúcar caiu de 117.021 arrobas para 30.053 arrobas" (CASER, 1992).

Um fator adicional, que permitiu uma

vigorosa ocupação das terras do sul por cafezais, foram os baixos preços das terras, sendo que em sua maior parte eram ainda devolutas com florestas de difícil penetração.

"A cultura do café repetiu no Espírito Santo o que tinha induzido em outras regiões por onde passou: geração de excedentes econômicos que possibilitavam o investimento em outros setores da economia como ferrovias, estradas, navegação, bem como a fixação de numerosos núcleos de imigrantes" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

1.2.1 - Uma nova estrutura produtiva cafeeira

Com a abolição, as grandes propriedades escravocratas monocultoras declinam, enquanto ganha vitalidade a pequena propriedade familiar. A colonização européia iniciada em 1870 irradia-se para outras regiões tornando-se a principal característica da zona rural capixaba: produtores familiares cultivando cafezais.

Consolidando, progressivamente a atividade cafeeira, a economia capixaba alcança um elevado grau de especialização. A crise da cafeeira no início do século trouxe a tona a fragilidade da economia estadual e, desde então, inúmeras políticas foram lançadas visando a diversificação produtiva.

O desempenho da cafeeira brasileira e capixaba apresentou uma tendência de crescimento da produção entre 1938 e 1968 (Tabela 1).

1.2.2 - Cafeeira e economia regional: os anos 50 e 60

Até meados da década de 50, a produção de café mantém-se estabilizada no patamar de 1,7 milhão de sacas. Dois fatos favorecem uma intensificação do plantio capixaba e nacional nessa década. Entre 1950 e 1954 existiram preços compensadores em função da elevação dos preços internacionais.

Já entre 1954 e 1957 pratica-se uma política cambial de desvalorização da moeda nacional que aumentou a remuneração nominal dos produtores.

Assim, ocorrem alterações no desempenho da cafeeira brasileira, confirmando os dados acima apresentados.

Todavia em 1959, a situação da cafeeira

começa a preocupar as autoridades do governo local. Tal preocupação adveio da crise de preços e constituiu o cerne do "Plano de Amparo à Lavoura Cafeeira Capixaba", que visava uma conjugação de diretrizes e esforços num planejamento de longo prazo para a exploração cafeeira.

Globalmente, na agricultura, o quadro prevalecente até 1960 possuía os seguintes elementos: "o setor agrícola participava com 48,82% da renda estadual. Havia 54.795 estabelecimentos rurais e, destes, 89,6% possuíam área inferior a 100 hectares. Do total da população, 68,3% encontravam-se no meio rural, e 31,7% no meio urbano" (CASER, 1992).

Porém, os anos 60 mostraram-se dramáticos para a cafeeira, fazendo dessa década um período de reestruturação. Por um lado, aprofunda-se a crise no mercado do café com preços declinantes. Por outro, "a debilidade do setor industrial e das demais atividades urbanas, incapazes de suplantar a queda da atividade econômica advinda da crise cafeeira, configuravam uma situação sem precedentes na história do Espírito Santo" (ROCHA & MORANDI, 1991).

Essa crise repercutiu fortemente sobre o desempenho da produção brasileira que mostra uma acentuada queda na produção cafeeira. No período de dez anos (1958-68) a produção anual capixaba decresce cerca de 1,0 milhão de sacas.

Atentas à crise do setor, autoridades governamentais do Instituto Brasileiro do Café (IBC) instituíram o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeeira (GERCA), que propôs uma modalidade de intervenção para o setor.

Em 1962, o plano elaborado pelo GERCA é posto em prática, prevendo uma erradicação de cafezais situados fora do zoneamento agrícola (regiões inaptas para café) e que apresentassem produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas/1.000 pés, considerada antieconômica. Este patamar de produtividade indicava uma erradicação de cerca de 2 bilhões de cafeeiros (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1962).

TABELA 1 - Produção de Café, Brasil e Espírito Santo, Médias Quinquenais, 1938/39-42/43 a 1963/64-67/68

| (em milhão de sacas) | | | |
|----------------------|----------------|--------|-------------|
| Quinquênios | Espírito Santo | Brasil | Relação (%) |
| 1938/39-42/43 | 1,6 | 17,6 | 9,1 |
| 1943/44-47/48 | 1,7 | 12,3 | 13,8 |
| 1948/49-52/53 | 1,7 | 16,2 | 10,5 |
| 1953/54-57/58 | 1,9 | 17,2 | 11,0 |
| 1958/59-62/63 | 2,4 | 33,1 | 7,3 |
| 1963/64-67/68 | 1,4 | 24,0 | 5,8 |

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (1989).

O problema inflacionário demandava ajustes macroeconômicos para ser combatido. A rápida urbanização brasileira promovia tensões inflacionárias onde os produtos da cesta básica tinham o maior peso. "O fato é que a rápida expansão do mercado interno, devido ao aumento da renda real, vem pressionando os limites da oferta de produtos agrícolas nos grandes centros urbanos" (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1962). Assim, incluía-se nos objetivos do Plano de Racionalização, os incentivos à diversificação produtiva como medida de contenção da espiral inflacionária.

"Previa-se, também, como elemento complementar, mas indispensável ao êxito do plano, um programa de estímulo à industrialização e de aparelhamento da infra-estrutura das regiões produtoras" (ROCHA & MORANDI, 1991).

Duas fases compuseram o programa de erradicação 1962-66 e 1966-67. A indenização recebida pelos agricultores "representava, em termos reais, cerca de 50% do valor da produção média dos cafeeiros que seriam eliminados. Esse valor foi paulatinamente reduzido, representando apenas 8% em 1965" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

O Estado do Espírito Santo foi o mais penalizado pela implementação da erradicação (Tabela 2). Foram liberadas cerca de "71% da área plantada com café deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As conseqüências desse programa foram, de imediato, uma profunda crise

social, devido principalmente ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades..." (ROCHA & MORANDI, 1991).

Estima-se ainda que a erradicação financiada pelo IBC foi complementada por movimentos espontâneos de arranquio totalizando, segundo o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES), 350 milhões de pés.

O relativo sucesso do programa de erradicação do GERCA não foi acompanhado de soluções alternativas para as áreas atingidas. O café adequava-se perfeitamente ao relevo e condições de clima do Espírito Santo, absorvia mão-de-obra disponível nas propriedades familiares e, historicamente, auferia rentabilidade superior às demais modalidades de exploração agropecuária.

Alarmadas, as autoridades do Governo Estadual e o empresariado, em geral vinculado à atividade cafeicultura, passaram a pressionar os órgãos federais. Com esse movimento, "pretendia-se recuperar a trajetória de crescimento da economia estadual e criar condições propícias para atrair capitais privados para os seus setores produtivos" (ROCHA & MORANDI, 1991). Tentou-se a criação de fundos públicos de desenvolvimento regional, inclusão do Espírito Santo na região de abrangência dos fundos destinados ao Nordeste, etc... As gestões junto ao Governo Federal não tiveram uma resposta

TABELA 2 - Efeito da Erradicação Oficial na População Cafeeira, Principais Estados Produtores, Brasil, 1961-67

| (em milhão de pés) | | | |
|--------------------|---------------------|--------------------------|---------|
| Estado | População (1961) | Erradicação (1962-67) | Relação |
| Espírito Santo | 563,0 | 303,2 | 53,9 |
| Minas Gerais | 756,8 | 363,7 | 48,1 |
| São Paulo | 1.150,0 | 299,4 | 26,0 |
| Paraná | 1.281,0 | 250,0 | 19,5 |

Fonte: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A (1987).

imediate com exceção do próprio GERCA/IBC.

Através de um acordo entre o Governo Estadual e o IBC, foram repassados recursos que auxiliariam a retomada da atividade econômica estadual. Segundo ROCHA & MORANDI (1991), duas prioridades foram traçadas para a economia estadual. Por um lado estimular a agroindústria e, por outro, criar os mecanismos necessários para operacionalizar os recursos repassados³.

"Vale ressaltar que a intervenção desse importante órgão federal serviu como ponto de partida para o reconhecimento oficial da situação crítica da economia estadual nos anos 60" (ROCHA & MORANDI, 1991).

Somente em 1969 passa a operar um mecanismo e incentivos fiscais vinculado ao Governo Estadual. Institui-se o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), gerenciado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES). Esse organismo passa a praticar uma política nitidamente voltada para a industrialização e diversificação da economia cafeeira.

1.3 - O Surgimento do Café Robusta

A introdução do café robusta⁴ no Espírito Santo ocorre no final da década de 20. As primeiras sementes foram plantadas no município de Cachoeiro do Itapemirim.

No início havia um forte preconceito com relação ao robusta, pois este café competia com o

brasileiro no mercado estruturado por três tipos: suaves, brasileiro e robusta. Os países consumidores, sobretudo da Europa, produziam misturas com cafés suaves e robusta, substituindo o café brasileiro e gerando uma resistência interna ao robusta.

Porém, foi apenas após a política de erradicação implementada pelo GERCA que o robusta começa a surgir como alternativa.

A partir dos anos 70 o IBC volta a estimular o cultivo de cafezais. As áreas liberadas pela erradicação abaixo de 450 metros não encontravam alternativas viáveis fora da cafeicultura, ficando impedidas de tomar crédito para o plantio de rubiáceas.

A abundância de recursos fartamente subsidiados e a tradição dos cafeicultores fizeram surgir toda uma mobilização para que o IBC financiasse lavouras de café robusta, apto para regiões onde estava impedido o cultivo do arábica.

Inicialmente, houve resistência das regiões que cultivavam arábica. Os produtores temiam que as lavouras de robusta viessem a substituir os cafés mais finos, dados os menores custos de produção e a elevada produtividade do robusta.

Por outro lado, sendo o Brasil um país signatário do Acordo Internacional do Café (AIC), a inclusão do robusta iria promover uma divisão da cota brasileira entre arábica e robusta, esse menos valorizado no mercado internacional, levando a diminuição na receita cambial do País.

"Este conjunto de fatores levou os produtores a iniciarem por conta e risco as respectivas lavouras de conillon, sem qualquer auxílio financeiro

do Governo" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

Com a geadas de 1975, desmonta-se a resistência ao robusta capixaba. "O Brasil não precisava mais obedecer ao contingenciamento nas suas exportações, pois o sistema de quotas e preços da Organização Internacional do Café (OIC) tinha sido suspenso face a substancial elevação de preços externos; havia sido arrecadado, através da cota de contribuição, mais de US\$1,0 bilhão; o Espírito Santo estava tentando reabilitar seu parque cafeeiro, como única alternativa de criação de emprego no interior e de geração de receita estadual/municipal" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

A mudança na postura governamental pode ser expressa nos financiamentos concedidos para o plantio de cafezais após 1974 (Tabela 3).

Até a safra de 1976-77 a produção de café robusta capixaba mantinha-se no patamar de 300 mil sacas, representando cerca de 20% do total produzido no estado. Já na safra de 1977-78 a produção de robusta eleva-se atingindo 33,2% do total produzido, perfazendo um volume de 900 mil sacas. Esse crescimento da produção do café robusta é reflexo, em parte, do apoio financeiro dado pelo IBC-GERCA após a geadas (Tabela 4).

Tratando-se de uma matéria-prima na fabricação do café solúvel o robusta participava, inicialmente, apenas de forma indireta na formação do saldo da balança comercial.

Todavia, essa posição começa a mudar com o crescimento da produção capixaba. Já na década de 80, os exportadores situados em Vitória passam a operar também com robusta. Progressivamente, o porto daquela capital consolida sua liderança nas exportações de café robusta brasileiro.

Os níveis de produtividade demonstram o fraco desempenho da cultura do robusta capixaba. Apesar da produção por hectare ser maior devido a densidade de plantas, ainda assim, são baixos os níveis de produtividade comprometendo a capacidade de manutenção dos cafezais num cenário de crise de preços (Tabela 5).

2 - CARACTERÍSTICA DO SEGMENTO DO ROBUSTA CAPIXABA: HIERARQUIA, AGENTES E ESTRATÉGIAS

O rompimento do AIC significou, na

trajetória do café, uma nova fase de sua história. Assim, admitindo que o período anterior foi exaustivamente estudado, estaremos concentrando a análise no período que sucede o final do referido acordo.

Durante a vigência do acordo internacional, no âmbito externo, e o contingenciamento do setor, no âmbito interno, as estratégias dos agentes eram, de qualquer forma, previsíveis.

Porém, com o fim do AIC e o desmonte do IBC as estratégias assumiram contornos complexos e volúveis o que, por sua vez, dificulta uma análise distanciada e, ainda, aumenta as possibilidades de equívoco face a qualquer tipo de afirmação. Este é um alerta necessário e provocante, na medida que faz desta pesquisa um processo vivo e estimulante.

2.1 - Antecedentes

A competitividade do café brasileiro é uma das mais altas no mundo. Condições climáticas, tradição na cafeicultura e esforços de pesquisa desenvolvidos fizeram dos cultivos brasileiros um concorrente difícil de ser sobrepujado.

Pautado por este diagnóstico, lideranças dos produtores, exportadores e industriais estimularam as autoridades governamentais na saída do Brasil do AIC. Percebiam, nas condições de competitividade do café brasileiro, uma das formas de provocar uma revisão na cota brasileira que ano a ano decrescia. Tal movimento promovia, conseqüentemente, a substituição do Brasil no mercado internacional.

Outro forte argumento para a saída brasileira do AIC foi a histórica incumbência brasileira de sustentação dos preços internacionais, além de onerado por um absurdo carregamento de estoques devido às suas peculiaridades quanto a oscilação da produção (secas, produção bienal, geadas).

No âmbito interno, os produtores entendiam que a cota de contribuição⁵ constituía uma falta de transparência nos negócios com café. Já os exportadores discordavam das cotas de exportação, pois estas contribuíram para a formação de cartel no setor

TABELA 3 - Cafeeiros Plantados com Financiamentos no Espírito Santo, Safras 1974/75 a 1977/78

| (em milhão de pés) | | | | |
|--------------------|----------------|----------------|--------------|--------------------------|
| Safra | Robusta (1) | Arábica (2) | Total (3) | Participação(1/3) (%) |
| 1974/75 | 1,6 | 1,7 | 3,3 | 48,5 |
| 1975/76 | 2,3 | 9,5 | 11,8 | 19,5 |
| 1976/77 | 4,0 | 15,5 | 19,5 | 20,5 |
| 1977/78 | 5,5 | 16,2 | 21,7 | 25,3 |

Fonte: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A (1987).

TABELA 4 - Produção de Robusta e Arábica no Espírito Santo, 1977/78 a 1987/88

| (em milhão de pés) | | | | |
|--------------------|----------------|---------|--------------|-------------------------|
| Safra | Robusta (1) | Arábica | Total (2) | Relação (1/2) (%) |
| 1977/78 | 400 | 806 | 1.206 | 33,2 |
| 1978/79 | 900 | 1.382 | 2.282 | 39,4 |
| 1979/80 | 1.080 | 1.615 | 2.695 | 40,1 |
| 1980/81 | 1.240 | 1.869 | 3.109 | 39,9 |
| 1981/82 | 1.990 | 1.297 | 3.287 | 60,5 |
| 1982/83 | 1.610 | 1.834 | 3.444 | 46,7 |
| 1983/84 | 2.000 | 3.100 | 5.100 | 39,2 |
| 1984/85 | 2.000 | 1.996 | 3.996 | 50,1 |
| 1985/86 | 2.100 | 2.979 | 5.079 | 41,3 |
| 1986/87 | 3.000 | 1.100 | 4.100 | 73,2 |
| 1987/88 | 1.900 | 2.300 | 4.200 | 45,2 |

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (1989).

TABELA 5 - Evolução do Número de Plantas, Área Plantada e Produtividade da Lavoura, Espírito Santo, 1981/82 a 1987/88

| Safra | População de plantas (1.000 covas) | Área (1.000 ha) | Produtividade ¹ (sacas/1.000 covas) |
|---------|---------------------------------------|--------------------|---|
| 1981/82 | 239.302 | 201 | 8,3 |
| 1982/83 | 238.166 | 200 | 6,8 |
| 1983/84 | 244.647 | 203 | 8,2 |
| 1984/85 | 265.007 | 212 | 7,5 |
| 1985/86 | 309.952 | 240 | 6,8 |
| 1986/87 | 338.218 | 255 | 8,9 |
| 1987/88 | 341.914 | 255 | 5,6 |

¹Sacas beneficiadas.

Fonte: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A (1987).

e necessitavam urgentemente ser revistas. A extinção do IBC era uma questão de tempo.

Empresários da torrefação defendiam a desregulamentação do mercado interno. Na carona do liberalismo que invadiu a economia brasileira nos anos 90, radicalizaram sua posição.

O somatório das diferentes pressões tornou difícil a sustentação do IBC que, por decreto, foi extinto. Seu papel na formação dos preços é transferido para a Bolsa de Nova York.

Os desdobramentos desta remodelação do mercado mostraram-se totalmente diversos daqueles esperados. Em 1991 o Brasil bate o recorde de exportações de café, mas presencia uma queda abrupta das receitas. Os compradores internacionais formaram grandes estoques e se retiraram do mercado achatando ainda mais os preços. Desde o fim do AIC os preços internacionais caem, atingindo hoje cotações mais baixas que aquelas observadas durante a II Guerra Mundial.

2.2 - Primórdios dos Sistemas Produtivos Locais

Tradicionalmente, os sistemas produtivos, independente da classe de área, o Espírito Santo teve uma modalidade de ocupação do solo concentrado na pecuária extensiva, concentração fundiária e evolução do sistema da seguinte forma: mata, pastagens (com

baixo aproveitamento de madeira), culturas temporárias alcançando finalmente, o café.

Todavia, ao final da década de 60 os produtores familiares, encontram-se, particularmente, diante de graves dilemas.

Terminado o plano de racionalização e revigoramento desenvolvido pelo GERCA, inúmeros produtores foram levados a um quadro de penúria. Frente à cafeicultura, outras atividades agropecuárias mostravam-se duvidosas do ponto de vista da comercialização e dos mercados.

Porém, um investimento governamental numa indústria de café solúvel, visando a diversificação da economia, iria abrir o caminho para o robusta no estado.

De um lado os gerentes desta empresa, de outro a administração municipal de São Gabriel da Palha firmaram em 1971 um acordo no qual a empresa se comprometeria a adquirir café robusta que viesse a ser produzido naquele município.

Com isso, começou toda uma mobilização para que os produtores aderissem ao robusta. Todavia, entraves poderosos impediam uma explosão nos plantios:

- a) existia um único produtor de mudas em todo estado;
- b) após do plano de erradicação os produtores mantinham-se descapitalizados;
- c) não havia financiamentos governamentais (subsidiados) para o plantio de robusta;

d) a assistência técnica não tinha cultura sobre a cultura capaz de orientar com precisão os produtores; e

e) existia uma absurda idéia de que café robusta era sinônimo de veneno.

Todos estes complicadores obrigaram os primeiros cultivos a terem áreas reduzidas. "Em março de 1972, alguns produtores formaram suas primeiras lavouras, na razão de cinco mil pés por propriedade, com as mudas doadas pela prefeitura, que as doava de graça, porém, para aqueles que aceitassem plantá-las em curvas de nível, com orientação dos técnicos da ACARES" (S.O.S. cafeicultura capixaba, 1990).

A citação acima é esclarecedora. Tratavam-se de cultivos pequenos, onde o único elemento de modernização era o cultivo em nível.

Não dispondo de conhecimentos sobre o cultivo de robusta, os técnicos não podiam fornecer elementos para a realização de adubações e aplicação de calcário. Portanto, cremos que os cultivos instalados eram tradicionais do ponto de vista do padrão tecnológico da modernização.

Quanto as relações de trabalho predominou, inicialmente, o trabalho familiar. Com o avanço das lavouras de robusta para as médias e grandes propriedades, passa a vicejar a relação de meação.

2.3 - A Cafeicultura do Robusta

Rompidas todas as formas de regulamentação do mercado (nacional e internacional), os produtores viveram inicialmente um clima de euforia.

Na ausência da cota de contribuição, os produtores entendiam que este diferencial (cerca de 40%) seria internalizado pela produção. Muitos⁶, apontavam que esta era uma visão míope do que, efetivamente, iria ocorrer no mercado cafeeiro.

Estas previsões foram confirmadas e no decorrer do tempo, as incessantes quedas nos preços fizeram com que os produtores mudassem de posição. Em meados de 90 formava-se um consenso entre os produtores de que a regulamentação do mercado era imprescindível (S.O.S. cafeicultura capixaba, 1990).

Os produtores mobilizam-se novamente no final de 91. Em 31/12/91 a dívida dos produtores junto ao Banco do Brasil alcançava cerca de US\$1,785 milhão. Estas mobilizações tiveram uma repercussão positiva, pois as dívidas foram prorrogadas e renegociadas. A queda brutal de preços tornou o débito

dos produtores muito difícil de ser resgatado.

Segundo alguns interlocutores entrevistados, os produtores de robusta têm condições mais favoráveis para o enfrentamento da crise, apresentando, as seguintes vantagens frente ao arábica:

- a) é 100% mais produtivo que a melhor progênie de arábica (icatu);
- b) é resistente a doenças;
- c) possibilita a multiplicação por estaquia;
- d) apresenta plantas com maturação tardia, média e precoce; e
- e) pode ainda ser utilizado como cavalo na produção de mudas de arábica enxertada.

Por outro lado, "à medida em que o uso do solúvel se generalizava no mundo, ganhava espaço o uso do café robusta que passou a ser matéria-prima com características ideais para o comprador: preço menor, paladar neutro, maior concentração de sólidos solúveis e maior rendimento industrial" (S.O.S. cafeicultura capixaba, 1990).

Conjugados, esses fatores permitiram uma melhor acomodação dos produtores de robusta face à crise de preços.

Todavia, estas facilidades estão sendo progressivamente minadas. Produtores oportunistas e sem tradição na cultura estão promovendo arranquio. Lavouras mais velhas e de baixa produtividade estão sendo abandonadas. Estima-se hoje que para o arábica a erradicação atingiu 8,7% do número total de plantas adultas.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura do Espírito Santo (SEAG) e EMATER, "dos 593 mil hectares de café plantados no estado, cerca de 40% estão recebendo cuidados precários ou nenhum trato e apenas 10% estão realmente sendo tratados conforme a necessidade. Do total plantado no Estado, 353 mil hectares são cultivados com conillon. A produção esperada é de 2,4 milhões de sacas de conillon" (A GAZETA, 1992).

Já o Centro do Comércio do Café de Vitória indica uma "safra estimada em 4,45 milhões de sacas, sendo 1,18 de arábica e 3,27 de conillon. Em relação à safra anterior houve perda de produtividade em ambas as variedades, com reduções maiores (40%) para o café arábica e menores (20%) para o conillon" (CENTRO DO COMÉRCIO DO CAFÉ DE VITÓRIA, 1992a).

As estatísticas são díspares. Entrevistando os interlocutores e observando a realidade local, parecemos que as estatísticas da SEAG são mais confiáveis.

Quanto a produtividade temos o seguinte desempenho: 7,8 sacas para cada mil covas. Como em 1 hectare podem ter em média 1.500 plantas, concluímos que a produtividade por área é de 11,7 sacas (alcançando 702 kg/ha)." A produtividade média do café robusta na Indonésia é da ordem de 561 kg/ha" (S.O.S. cafeicultura capixaba, 1990).

Os custos de produção são muito variáveis em função da diversidade da produção. Porém é possível encontrar cálculos efetuados pela EMATER (Tabelas 6 e 7).

No mês de julho, o mercado internacional sinalizou preços para o conillon na média de US\$-37,00/sc. Acompanhando os preços de agosto, houve quedas ainda maiores o que, evidentemente, torna a situação dramática. Lembre-se que esse preço internacional é repartido entre os maquinistas, intermediários regionais e exportadores, que usando seu maior poder na cadeia pressionam para baixo os preços pagos aos produtores.

Enquanto estratégias, observam-se:

- a) um movimento de diversificação que atinge cerca de 2% dos cafezais capixabas⁷. Culturas como a banana, o palmito, a borracha e o coco são as preferidas na diversificação. Ressalte-se que, em geral, os cafezais são mantidos em consorciação com estas novas culturas;
- b) um esforço de renovação: em um talhão de café robusta as plantas de menor produtividade estão sendo substituídas por mudas clonais;
- c) realização de podas visando restabelecer a produção em um período mínimo de dois anos;
- d) melhoria da qualidade da bebida através de práticas de controle da broca e procedimentos de colheita;
- e) abandono e arranquio, que só tem atingido os produtores oportunistas; e
- f) retenção de estoques na expectativa de aumento nos preços na entressafra brasileira (setembro-maio).

Em linhas gerais seriam essas as atuais estratégias conduzidas pelos produtores que vão permanecer na cafeicultura. A falta de alternativas das áreas cultivadas no Espírito Santo impede um movimento de arranquio mais intenso.

Ressalte-se, finalmente, que têm existido fortes investimentos em formação de cafezais por parte de produtores empresariais. Grandes proprietários, utilizando a mais alta tecnologia disponível no setor, estarão futuramente, disputando espaço com a produção originada nas propriedades familiares.

2.4 - A Indústria

O setor industrial pode ser subdividido em dois grupos:

- a) indústria de torrefação e moagem extremamente pulverizada e explorando o mercado interno e
- b) indústria de café solúvel voltada, preferencialmente, ao mercado externo.

Passa-se, então, ao estudo particularizado de cada um destes agentes.

2.4.1 - As indústrias de torrefação e moagem

Em maio próximo passado, o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDI-ES) realizou um Diagnóstico do Setor de Alimentos e Bebidas no Espírito Santo.

Através deste relatório, constatou-se que existem no Espírito Santo 22 empresas de torrefação e moagem de café. Desse total, seis foram pesquisadas (amostragem sob responsabilidade do IDI-ES). Os principais dados são abaixo sistematizados:

- a) número de funcionários: 337 (3,76% do total pesquisado);
- b) não há dificuldades para a contratação de mão-de-obra;
- c) valor das vendas (média mensal/empresa): C-R\$35.975.000,00 (em 31/12/91);
- d) 80% da comercialização ocorre no próprio estado,

TABELA 6 - Custo de Produção de Café Conillon em Lavoura Formada¹, por Hectare, Produtividade de 8 Sacas Beneficiadas, São Gabriel da Palha, Espírito Santo, Julho de 1991

| Especificação | Unidade | Quantidade | Valor (US\$) ² | |
|------------------------|---------|------------|---------------------------|--------|
| | | | Unitário | Total |
| I - Mão-de-obra | | | | |
| Capinas (2 anuais) | dh | 20,0 | 4,56 | 91,20 |
| Poda/desbrota | dh | 7,0 | 4,56 | 31,92 |
| Colheita | dh | 15,0 | 4,56 | 68,40 |
| Transp. interno | dh | 2,0 | 4,56 | 9,12 |
| Secagem/armaz. | dh | 3,0 | 4,56 | 13,68 |
| II - Outros | | | | |
| Sacaria (1ª usada) | u. | 8,0 | 0,97 | 7,76 |
| Beneficiamento | u. | 8,0 | 0,61 | 4,48 |
| Custo total | - | - | - | 226,96 |
| Custo/saca | - | - | - | 28,37 |

¹Não estão computadas despesas financeiras nem administrativas; café tipo 7/8 com mais de 10% de broca.

²Dólar oficial/média mensal de 07/91=Cr\$328,922/US\$ (SUMA ECONÔMICA, 1991).

Fonte: SOUZA NETO (1992).

TABELA 7 - Custo de Produção de Café Conillon em Lavoura Formada¹, por Hectare, Produtividade de 15 Sacas Beneficiadas, São Gabriel da Palha, Espírito Santo, Julho de 1991

| Especificação | Unidade | Quantidade | Valor (US\$) ² | |
|------------------------|---------|------------|---------------------------|-------|
| | | | Unitário | Total |
| I - Mão-de-obra | | | | |
| Capinas (2 anuais) | dh | 20 | 4,56 | 91,20 |
| Poda/desbrota | dh | 7 | 4,56 | 31,92 |
| Aplicação adubo | dh | 4 | 4,56 | 18,24 |
| Aplicação corretivo | dh | 2 | 4,56 | 9,12 |
| Aplicação defensivo | dh | 3 | 4,56 | 13,68 |
| Colheita | dh | 20 | 4,56 | 91,20 |
| Transp. interno | dh | 2 | 4,56 | 9,12 |
| Secagem/armaz. | dh | 5 | 4,56 | 22,80 |
| II - Insumo | | | | |
| Adubo | sc. | 6 | 16,02 | 96,12 |
| Calcário | t | 1 | 30,40 | 30,40 |

III - Outros

| | | | | |
|--------------------|----|----|------|--------|
| Sacaria (1ª usada) | u. | 15 | 0,97 | 14,55 |
| Beneficiamento | u. | 15 | 0,61 | 9,15 |
| Custo total | - | - | - | 437,50 |
| Custo/saca | - | - | - | 29,17 |

¹Não estão computadas despesas financeiras nem administrativas; café tipo 7/8 com mais de 10% de broca.

²Dólar oficial/média mensal de 07/91 = Cr\$328,922/US\$ (SUMA ECONÔMICA, 1991).

Fonte: SOUZA NETO (1992).

14% comercializado internacionalmente e 6% comercializado em outros estados;

e) 50% tomaram empréstimos destinando 80% para investimento e 20% para capital de giro; e

f) o principal problema ambiental causado pela indústria é a emissão de resíduos atmosféricos. As empresas possuem equipamentos que eliminam a fumaça e os odores.

O desempenho deste conjunto de indústrias pode ser observado na tabela 8.

Percebe-se que o setor de torrefação e moagem vem apresentando um desempenho positivo, com um crescimento de 14,68% na produção mensal de 1991 frente ao ano anterior. Todavia, o contexto recessivo indica um crescimento menor para 1992.

Apenas as etapas de recepção da matéria-prima e expedição do produto são feitas manualmente. Todo o restante está mecanizado.

Em termos de padrão tecnológico, o setor industrial cafeeiro capixaba apresenta relativo atraso. Apesar de encontrar-se em bom estado de conservação, 49,2% das máquinas e equipamentos foram adquiridas entre 1970 e 1980. Assim, podem estar em operação nos dias atuais máquinas com mais de 20 anos. Apenas 19,7% dos equipamentos e máquinas foram adquiridos entre 1981 e 1985, sendo outros 23% adquiridos entre 1986 e 1990 (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1992).

Ainda, segundo a mesma fonte, inexpressivos 8,1% de investimentos em novos equipamentos foram feitos em 1991. Esse levantamento comprova a hipótese de que o padrão tecnológico das indústrias capixabas está, entre as empresas pesquisadas, defasado. Os empresários pesquisados alegaram que as empresas encontram-se descapitalizadas para fazer investimentos em tecnologia.

A capacidade ociosa dessas máquinas e

equipamentos é da ordem de 41%. Esta imensa capacidade ociosa tem duas fontes de origem. Em primeiro lugar, durante a vigência do IBC, os financiamentos para industrialização do café continham subsídios, além da garantia de fornecimento de matéria-prima induzindo a superdimensionamento. Em segundo lugar, porém muito lembrado pelos empresários, é a ausência de mercado consumidor nos anos 80, devido ao achatamento dos níveis salariais e conseqüentemente do orçamento familiar.

A pesquisa apontou ainda os bloqueios para a continuação do crescimento industrial. A ordem dos fatores listados é, respectivamente:

- a) nível de competição das empresas locais;
- b) insuficiência de demanda;
- c) despesas financeiras elevadas;
- d) nível de competição de empresas de outros estados;
- e) dificuldades de acesso ao crédito por falta de garantias;
- f) dificuldade ou inexistência de assistência técnica;
- e
- g) insuficiência de capital de giro.

O empresariado acredita que a abertura econômica será benéfica para o setor, apesar desta decisão macroeconômica não os ter ainda afetado.

O robusta utilizado pela indústria local proporciona um perfeito encaixe aos padrões do consumidor brasileiro. O hábito exige uma bebida escura, porém a torrefação excessiva compromete a qualidade do café. Assim, o procedimento usual tem sido o de torrar no ponto o arábica e misturá-lo (*blend*) com robusta torrado a fundo. Tem-se então a bebida escura sem perda de aroma e paladar.

A produção de um *blend* tem sido possível só para indústrias mais sofisticadas. Atualmente, a diferença de preços entre arábica e robusta é tão pequena que tem-se preferido usar somente arábica. Os custos para a produção do *blend* são maiores mesmo

apresentando o robusta menores preços. "Existe uma perda de até 50% na torrefação do robusta, enquanto que no arábica é de apenas 20%. Este fato dificulta ainda mais a decisão para a produção de um *blend*"⁸.

"As indústrias locais têm usado 10 a 15% de robusta na produção do *blend*. Todavia, como o robusta tem um preço inferior, muitas empresas aumentaram, no passado, a porcentagem de robusta na fabricação do *blend*"⁹.

Em âmbito nacional, pode-se observar uma reestruturação das empresas de torrefação e moagem. Apesar da Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café (ABIC) existir há 19 anos, foi somente após o fim do IBC que a entidade tornou-se uma força organizadora na cadeia do café brasileiro.

Com a expectativa de desmonte do IBC, a ABIC ensaia sua primeira iniciativa de peso lançando

TABELA 8 - Produção Média Mensal de Café Torrado e Moído no Período 1989-91 e Expectativa para 1992, Seis Empresas, Espírito Santo

| Especificação | (em kg) | | | |
|----------------------|---------|---------|---------|-------------------|
| | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 ¹ |
| Café torrado e moído | 273.000 | 286.000 | 328.000 | 338.000 |

¹Previsão.

Fonte: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO S/A (1992).

o Programa de Controle de Pureza do Café Torrado e Moído e o Selo de Pureza ABIC. Trata-se de um programa de autofiscalização patrocinado por um universo de 896 empresas que aderiram ao programa (NAUM NETO, 1992). O programa realiza coleta de amostras de café em todo o País, analisando marcas de firmas participantes e não participantes do programa.

O esforço tem sido produtivo, pois o número de empresas que cometem fraudes tem diminuído a cada coleta. O programa com seu selo serve hoje de exemplo para outros setores e tem implantado uma nova postura dos industriais do setor que preocupamse, crescentemente, com a qualidade do produto (NAUM NETO, 1992).

Na verdade o selo de pureza representa uma das estratégias da indústria de torrefação e moagem. A ABIC pretende reeducar o consumidor brasileiro no hábito de tomar café, sobretudo mostrando, através de campanhas publicitárias, que nem todos os café são iguais.

O escopo da estratégia é recuperar o consu-

mo *per capita* do brasileiro que vem caindo desde a década de 70. No diagnóstico dos empresários, os vinte anos de intervenções governamentais e tabelamentos de preços, por um lado, sucatearam o parque industrial cafeeiro e, por outro, obrigaram os empresários a adquirir matérias-primas de pior qualidade. Esse contexto empurrou os consumidores para produtos matinais concorrentes (achocolatados, chás, iogurtes e refrigerantes).

"O alargamento do mercado interno é a única possibilidade de crescimento da indústria. Não acreditamos na formalização de um novo acordo, pois os prejuízos já foram pagos pelo Brasil. O que vier de agora em diante serão oportunidades para o país"¹⁰.

Diferenciar marcas, qualidade e preços, reconquistar o consumidor interno e melhorar o padrão tecnológico das empresas constituem as bases da reorganização industrial a partir da desregulamentação governamental.

2.4.2 - A indústria de café solúvel

Uma única planta industrial capixaba destina-se à produção de café solúvel. Esta empresa compôs o quadro da pesquisa do IDEIES/FIDES (Tabela 9).

A indústria de café solúvel tem um desempenho bastante variável. Em parte, essas oscilações se devem as modificações ocorridas no Leste Europeu que, como sabe-se, formavam um importante mercado para esse produto brasileiro (Tabela 10). As expectativas para este ano podem sofrer modificações caso sejam retomadas vendas para a Comunidade de Estados Independentes.

A empresa vende apenas 3% de sua produção no mercado interno, industrializando cerca de 10% da produção de robusta do estado (A GAZETA, 1991).

No *ranking* das empresas capixabas, a planta de solúvel tem ocupado entre a 19ª e a 21ª posição. Trata-se, portanto de uma grande empresa.

Não existe uma concorrência, pela matéria-prima, entre esta empresa e as torrefadoras, pois o processamento industrial permite o manuseio de grãos com qualidade inferior sem macular o produto final.

Saindo do contexto capixaba, é possível fazer algumas generalizações para a indústria de solúvel brasileira.

As indústrias de café solúvel brasileiras

TABELA 9 - Produção Média Mensal de Café Solúvel no Período 1989-91 e Expectativa para 1992, Uma Empresa, Espírito Santo

| Especificação | (em kg) | | | |
|---------------|---------|---------|---------|-------------------|
| | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 ¹ |
| Café solúvel | 464.000 | 340.000 | 533.000 | 390.000 |

¹Previsão.

Fonte: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO S/A (1992).

TABELA 10 - Exportação de Café Solúvel no 1º Semestre dos Últimos Cinco Anos, 1988-1992

| País | (em 1.000 kg) | | | | |
|-------------|---------------|---------|---------|---------|---------|
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
| Canadá | 1.772,7 | 1.876,5 | 1.043,3 | 768,9 | 1.229,4 |
| Japão | 2.681,1 | 2.222,3 | 1.703,8 | 2.929,9 | 2.082,6 |
| Reino Unido | 2.959,7 | 2.399,8 | 2.617,4 | 2.532,5 | 3.101,3 |

| | | | | | |
|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| USA | 6.953,4 | 7.627,7 | 9.254,0 | 3.326,8 | 7.150,6 |
| Alemanha | 672,7 | 855,5 | 361,1 | 871,7 | 785,1 |
| França | 334,5 | 228,8 | 204,0 | 310,0 | 242,3 |
| Rússia | 3.456,3 | 6.749,9 | 10.744,4 | 3.963,0 | 1.384,4 |
| Hungria | 489,2 | 398,8 | 703,8 | 521,9 | 362,6 |
| Outros ¹ | 1.422,8 | 2.709,2 | 3.809,2 | 2.303,1 | 5.126,5 |
| Total | 20.742,6 | 25.068,6 | 30.441,1 | 17.709,2 | 21.469,3 |

¹Encontram-se países como Romênia, Tcheco-Eslováquia e Polônia.

Fonte: RETROSPECTO DO MERCADO DE CAFÉ SOLÚVEL: 1º sem. de 1992 (1992).

diferenciam-se das outras existentes, pois valem-se também do arábica em seu processo produtivo, ao contrário de outras indústrias de solúvel no âmbito internacional.

Existem, atualmente, 11 empresas constituindo um parque produtivo muito grande, com instalações excessivamente dimensionadas, que valiam-se da venda subsidiada de café, por parte do IBC, para manterem operacionais tais instalações.

Hoje, as empresas reduziram sua estrutura operacional, mas não a capacidade de produção. Assim, percebe-se uma situação variável face a crise do setor, existindo empresas produzindo à plena capacidade e outras (mais fracas) praticamente paralisadas¹¹. Acredita-se que essas empresas que continuaram operando, tiveram uma elevação nas margens de lucro devido ao barateamento nos preços da matéria-prima.

Nos últimos anos, não se observa a incorporação de inovações significativas. No processamento industrial, o rendimento é aproximadamente de 2,6 sacas de café verde para 1,0 saca de solúvel.

A Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel informa que no primeiro semestre de 1992, "ocorreu forte expansão nas exportações destinadas aos Estados Unidos e forte contração nas destinadas aos Japão. As razões para isso foram a retomada do crescimento econômico do primeiro e o retrocesso da economia no segundo" (RETROSPECTO DO MERCADO DE CAFÉ SOLÚVEL: 1º sem. de 1992).

O desempenho da indústria de solúvel em 1990 foi surpreendente. Nesse ano "as exportações totalizaram 56,2 mil toneladas com uma receita de

US\$174,6 milhões" (MALTA, 1991). Todavia, a crise derruba as pretensões de repetir em 1991 a performance das empresas de solúvel em 1990.

A crise de preços do setor pode ser observada através da renda obtida pelas empresas que, no primeiro semestre de 1988, foi de US\$97.535.406 para um volume total de cerca de 20,7 mil toneladas. Já em igual período de 1991 a receita global foi de US\$57.670.598 para um volume de 17,7 mil toneladas aproximadamente. Verifica-se que o fim do acordo internacional foi um desastre para o desempenho das indústrias de solúvel.

"As nações mais desenvolvidas do mundo ocidental mostram cada vez mais, a intenção de auxiliar financeira e tecnologicamente a recuperação econômica da URSS...e tudo indica que durante o ano de 1992 haverá uma transferência maciça de recursos do mundo ocidental para a ex-URSS, permitindo que esse grande mercado volte a se abastecer de café solúvel" (MERCADO, 1991).

Um fator adicional, comprometendo as exportações brasileiras de café solúvel, foi a decisão da CEE "de reduzir as taxas alfandegárias para os principais países concorrentes do Brasil, a título de ajudá-los no combate ao narcotráfico... A CEE reduziu em 11% os impostos para o solúvel procedente da Colômbia, Equador e Peru" (MALTA, 1991).

O representante da ABICS¹² mostra-se totalmente favorável a volta do acordo. Segundo esse, os compradores internacionais só retomam as compras de café verde quando existe a possibilidade de aumento dos preços. Com a baixa dos preços os compradores paralisaram suas atividades esperando quedas ainda maiores.

Já os consumidores têm preferência pelo produto que lhe dá o maior número de xícaras, e isto favorece o solúvel num contexto de alta de preços para o torrado e moído.

Uma estratégia de *marketing* da ABICS, à semelhança daquela desenvolvida pela ABIC, é algo totalmente impensável. Qualquer tentativa de estimular o consumo interno estaria beneficiando a Nestlé, que sozinha responde por 90% das vendas no mercado.

De qualquer forma, tratando-se de um produto homogêneo, uma estratégia de *marketing* deveria, necessariamente, estimular o consumo de café solúvel, independente das marcas comerciais disponíveis.

A indústria do café solúvel brasileiro possui uma vantagem competitiva que é sua reconhecida inserção internacional, com as mesmas marcas aqui utilizadas. Assim, estamos diante de um complexo industrial plenamente integrado a economias desenvolvidas como EUA, Japão, CEE como, também, países da ex-cortina de ferro e do Oriente Médio.

2.5 - Os Exportadores

No processo de reestruturação do segmento do café, os exportadores são os que melhor se adaptam as modificações do mercado. Possuindo uma composição do capital baseada, essencialmente, em ativos circulantes a mudança da sua base de comercialização é bastante facilitada.

De fato, a concorrência entre os exportadores brasileiros pelos compradores internacionais aumentou, sobretudo após a suspensão das cláusulas econômicas do AIC.

Por outro lado, percebe-se toda uma transferência do poder organizador dos exportadores para o segmento industrial. "Não quero e não posso ser omissos e me preocupo quando vejo a política do café sendo elaborada pela iniciativa privada, ignorando por completo, pelo menos até agora, os parceiros da área de prestação de serviços ligados ao setor, sejam corretores, armazenadores, transportadores ou classificadores de café" (RAMOS, 1992).

Todavia, o ano de 1991 representou para os exportadores o melhor desempenho na história do comércio exportador cafeeiro capixaba. A tabela 11 apresenta dados dos volumes exportados pelo Brasil.

"Nunca foi tão ampla a participação dos exportadores do Espírito Santo, cuja liderança se

traduz no fato de emplacarem quatro entre os dez maiores do ano, a começar pelo primeiro lugar" (A VITÓRIA, 1992).

A tabela 11 esconde a efetiva participação da indústria neste mercado. O processamento industrial, com o padrão tecnológico disponível atualmente, permite a obtenção de 1 saca de café solúvel para cada 2,6 sacas de café verde. Assim, as compras no mercado de robusta feitas pela indústria são significativamente maiores que os volumes exportados.

Por conta da crise, os exportadores deixa-

ram de trabalhar com estoques (*short*). Com esse rearranjo, os produtores e as cooperativas passaram a arcar com os custos do armazenamento. Assim, os exportadores estão dependendo muito dos intermediários regionais, neles residindo a incumbência de formar lotes para a exportação¹³.

Passando para análise do desempenho da receita cambial tem-se, nos anos 80, uma média anual de US\$2.294.536. Já, para os anos 90 as receitas caem sensivelmente. Em 1990, obteve-se com café verde e solúvel uma receita de US\$1.284.449 e, em 1991, um montante de US\$1.573.074. O somatório destes dois anos apresenta a média de US\$1.428.786, sendo US\$865.750

TABELA 11 - Exportações de Café Verde e Solúvel pelo Porto de Vitória, Volumes e Receitas Cambiais, 1981 a 1991

| Ano | Quantidade | | | Valor (US\$1.000) |
|-------------------|------------|--------------|-----------|----------------------|
| | Café verde | Café solúvel | Total | |
| 1981 | 978.468 | 251.571 | 1.230.039 | 130.717 |
| 1982 | 963.858 | 82.094 | 1.045.952 | 116.687 |
| 1983 | 1.938.813 | 38.536 | 1.977.349 | 210.572 |
| 1984 | 2.084.035 | 43.886 | 2.127.921 | 268.273 |
| 1985 | 2.715.000 | 74.161 | 2.789.657 | 345.068 |
| 1986 | 1.822.608 | 128.342 | 1.950.950 | 404.616 |
| 1987 | 3.216.538 | 95.181 | 3.311.719 | 365.312 |
| 1988 | 2.603.778 | 94.467 | 2.778.245 | 361.942 |
| 1989 | 3.424.211 | 135.693 | 3.559.904 | 351.501 |
| 1990 | 2.817.863 | 99.241 | 2.917.104 | 220.619 |
| 1991 ¹ | 5.676.102 | - | - | - |

¹Dado extraído: A VITÓRIA (1992).

Fonte: A GAZETA (1991).
inferior a média anual da década passada.

Essa perda em termos de receita cambial,

função dos baixos preços da matéria-prima, fez mudar a postura dos exportadores no que se refere ao retorno a alguma espécie de regulação do mercado. "Eu prefiro trabalhar num setor que, nos próximos anos, pode gerar uma receita de quatro bilhões de dólares, do que num setor que vai gerar, no mesmo período algo em torno de um a dois bilhões de dólares" (CORRÊA, 1992).

Em entrevista concedida pelo Sr. Gilberto Michelinei, presidente do Centro do Comércio do Café de Vitória, percebe-se esta surpreendente mudança na tônica do discurso dos exportadores. "Brasil não deve retornar ao acordo internacional do café, pois a normalidade estará restabelecida dentro de três anos" (A GAZETA, 1991). Já, em entrevista concedida em 07/08/92, o mesmo interlocutor mostrou-se amplamente favorável ao retorno da regulamentação do mercado. Michelinei assinou um ofício encaminhado à ministra da economia e, ainda, um segundo documento entregue ao Presidente da República durante a Rio-92. Ambos apontavam o quadro dramático da cafeicultura e estabeleciam uma agenda, para a intervenção governamental.

Tabulando os dados relativos às empresas exportadoras capixabas, verifica-se que estes dados demonstram que cerca de 25% do total de robusta brasileiro comercializado internacionalmente passou por uma das quatro empresas capixabas posicionadas entre as dez maiores (Tabela 12).

Somando-se a essas quatro empresas outras duas grandes exportadoras de robusta tem-se que 43,9% são manipulados por apenas seis empresas (Esteves Irmãos com 9,42% e Cargil com 9,35% do volume total). Com a introdução dessas outras duas empresas percebe-se que a comercialização externa do robusta, assim como do arábica, é cartelizada.

Finalmente, dois assuntos têm gerado forte polêmica junto aos exportadores capixabas. A entrada no mercado de um grupo italiano concorrente direto dos exportadores e os esforços, de empresas cariocas, para fazer novamente do Rio de Janeiro um corredor da exportação do café brasileiro.

Estes empresários italianos vão adquirir o café verde, rebeneficiá-lo e promover uma brunição dos grãos, não havendo qualquer modificação da qualidade da bebida.

Estes grãos alcançariam melhores condições de venda devido à aparência. Pretendem, ainda, realizar algumas inovações no mercado: prioridade para o transporte ferroviário do café, exportação à

granel e tecnologia de padronização melhor e mais confiável.

Como vantagem adicional oferecida aos produtores, associações e cooperativas, o grupo se comprometeu, pressionado pelos agentes financiadores estaduais, a processar 300 mil sacas sem extrair qualquer margem, uma espécie de prestação de serviços.

Inicialmente, a capacidade de processamento do grupo será de 1,5 milhão de sacas, com possibilidade de dobrar este volume no segundo ano. Com esta empresa atuando, certamente os exportadores capixabas mais fracos terão dificuldades em se manter. Por sua vez, os exportadores tradicionais serão obrigados a mudar suas práticas.

Certamente, a transparência nos negócios com café junto aos produtores terá que aumentar, o que agrada às cooperativas e aos sindicatos de trabalhadores rurais, que passaram a apoiar explicitamente o projeto (A GAZETA, 1991).

Na opinião de um dos principais articuladores do financiamento de 3 milhões de dólares, o grupo italiano deverá lucrar cerca de 5 a 6 milhões de dólares por ano no processamento do café. Estima-se que atualmente os exportadores capixabas lucrem cerca de 10 a 12 milhões de dólares¹⁴.

Por fim, deve-se ressaltar a estratégia dos exportadores cariocas, em revitalizar o porto daquela cidade, atingindo imediatamente aos capixabas. Dificilmente o reconhecimento internacional do porto de Santos poderá ser sobrepujado. Já, o porto de Vitória não conta com esse reconhecimento, nem mesmo como importante porto de exportação de robusta, facilitando a substituição desse porto pelo do Rio de Janeiro por parte dos compradores.

2.6 - As Cooperativas de Produtores

O esforço cooperativista encontrou no estado um propício meio de cultura. Analisando a estrutura fundiária voltada para a produção cafeeira, pode-se retirar algumas conclusões (Tabela 13).

Constata-se que mais de 70% das proprie-

TABELA 12 - Participação dos Exportadores Capixabas no *Ranking* dos Dez Maiores

| Empresa | Arábica | | Robusta | |
|------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Volume (sc. 60 kg) | Participação (%) | Volume (sc. 60 kg) | Participação (%) |
| Unicafé | 1.231.412 | 7,79 | 406.061 | 10,88 |
| Rio Doce | 825.185 | 5,22 | 298.240 | 7,99 |
| Tristão | 544.714 | 3,44 | 170.797 | 4,58 |
| Café norte | 543.391 | 3,43 | 63.839 | 1,71 |
| Total | 3.144.702 | 19,88 | 938.937 | 25,16 |

Fonte: A VITÓRIA É DOS CAPIXABAS (1992).

TABELA 13 - Distribuição das Propriedades, da População e da Produção de Café em Coco, Segundo Classes de Área em Café, Espírito Santo, Safra 1985/86

| Tamanho da área em café (ha) | População cafeeira | | Produção | | Propriedade | |
|------------------------------------|--------------------|-------|-----------------|-------|-------------|-------|
| | Milhão de covas | % | (100 sc. 40 kg) | % | Número | % |
| 0 a 5 | 67,6 | 11,27 | 1.609 | 12,15 | 14.396 | 40,51 |
| 5 a 10 | 142,2 | 23,71 | 3.118 | 23,56 | 10.695 | 30,10 |
| 10 a 25 | 174,6 | 29,11 | 3.612 | 27,29 | 6.979 | 19,64 |
| 25 a 50 | 118,8 | 19,81 | 2.513 | 18,99 | 2.793 | 7,86 |
| 50 a 75 | 37,0 | 6,71 | 848 | 6,41 | 380 | 1,06 |
| 75 a 100 | 41,4 | 6,90 | 1.193 | 9,02 | 228 | 0,64 |
| 100 a 500 | 18,2 | 3,03 | 342 | 2,58 | 60 | 0,16 |

Fonte: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A (1987).

dades são menores que 10 hectares, concentrando cerca de 35% da produção e do número de plantas. Se incluir as propriedades com até 25 hectares ter-se-á cerca de 65% da produção e do número de plantas.

Portanto, trata-se de uma cafeicultura baseada em pequenas propriedades, onde o esforço cooperativista vicejou entre os produtores existindo, atualmente, um grande número delas espalhadas pelo Espírito Santo.

Desses esforços pela cooperação, aquele que atingiu maior sucesso empresarial foi a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COOABRIEL). A partir desse município, a cafeicultura do robusta se irradiou para outras localidades. Inclusive a rádio da cidade chama-se Robusta, o que destaca a importância da cafeicultura no âmbito regional.

A COOABRIEL é a maior cooperativa de

produtores de robusta capixaba e brasileira, com uma capacidade de recebimento de até 300 mil sacas de café. Atualmente, encontram-se estocadas cerca de 180 mil sacas do produto. A ela vinculada, existe uma cooperativa de crédito que conta com 500 sócios.

Essa cooperativa forma o preço regionalmente. Segundo seu presidente, os exportadores oferecem preços 1,5% inferiores aos produtores que não estão organizados em cooperativas¹⁵.

Face à crise, a estratégia da cooperativa tem sido a de estimular a produtividade com melhoria de qualidade. Nos boletins periódicos da empresa, observa-se uma série de reportagens sobre novas técnicas, práticas de cultivo e colheita que, invariavelmente, orientam-se para os objetivos de produtividade e qualidade.

O presidente da cooperativa desautoriza análises catastrofistas sobre o arranquio de cafezais na região. O movimento atual incide sobre produtores oportunistas, sem tradição na cultura, possuindo lavouras de baixa produtividade.

O depoimento desse produtor é sugestivo: **"nunca penso em sair da cafeicultura e quero melhorar as lavouras"**¹⁶.

Paralelamente, a cooperativa associou-se ao Governo Estadual para desenvolver um viveiro de mudas clonais. Acredita-se que será possível colocar à disposição dos associados cerca de 500.000 mudas ao preço de 5 sacas de café por mil mudas.

A disponibilidade de mudas clonais completa a estratégia da empresa, que orienta seus associados a revigorarem suas lavouras através de clones.

Já, para aqueles produtores que optaram pela diversificação, sobretudo banana e coco, a cooperativa esta estudando a criação de novos departamentos, visando atender a essas novas demandas.

Foi possível coletar, em 07/08/92, os seguintes custos na intermediação da cooperativa (Tabela 14).

2.7 - Os Órgãos Governamentais

No âmbito do Estado do Espírito Santo, após o desmonte do IBC, muito pouco se fez para ocupar com seriedade este espaço junto a cafeicultura local.

"Na cafeicultura, o setor público agrícola estadual mobilizará recursos humanos, financeiros e materiais tendo como perspectiva a melhoria da

qualidade do produto e o aumento da produtividade, com vistas a ganhar competitividade no mercado e a reduzir o custo médio final" (ESPÍRITO SANTO, 1991).

Traduzindo em ações o parágrafo anterior, podemos listar as seguintes iniciativas:

- a) programa de melhoria de qualidade;
- b) programa de poda e desbrota;
- c) produção intensiva de mudas clonais; e
- d) crédito rural voltado para o investimento com base em equivalência em produto.

Nos três primeiros programas a participação da assistência técnica e da pesquisa é destacada. Já, no programa de crédito o banco estadual tem maior peso.

Para a melhoria da qualidade da bebida obtida no estado, existe um esforço, da assistência técnica, para que os produtores aperfeiçoem os métodos de colheita, secagem e armazenamento. A eliminação de grãos com defeitos e das impurezas permite a obtenção de melhores preços junto aos compradores, sobretudo se o produtor está organizado em cooperativa.

Os resultados dessa iniciativa podem não corresponder ao empenho dedicado. Sabe-se que os intermediários e exportadores não praticam negócios transparentes, classificando, em geral, o café em bebidas inferiores e penalizando, portanto, os produtores. Por outro lado, as condições climáticas de cultivo do robusta no Espírito Santo, dificultam o sucesso do programa de melhoria de qualidade do café. "O café robusta é drasticamente atacado por broca, obrigando os produtores a realizarem a colheita em prazo reduzido. Isto aumenta a quantidade de defeitos do café, trazendo prejuízos para a bebida"¹⁷.

O programa de poda no café conillon visa melhorar o rendimento das lavouras. O reconhecido vigor da planta induz ao aparecimento de ramos "ladrões" que reduzem o potencial produtivo das plantas, além de criar ambiente propício para o ataque de pragas e doenças.

"Apesar desse empenho, o quadro da extensão é desanimador. O número de técnicos é hoje 25% menor do que em 1985. Não existe uma política sustentada de investimento em pessoal e observa-se, atualmente, um retorno ao passado em termos do cul-

TABELA 14 - Custos de Intermediação na Comercialização do Café Robusta da COOABRIEL, São Gabriel da Palha, Espírito Santo, Agosto de 1992

| (por saca de 60 kg) | | |
|-------------------------|------------------|-------------------|
| Despesa | Cr\$ | US\$ ¹ |
| FUNRURAL ² | 3.880,00 | 0,90 |
| Sacaria | 1.700,00 | 0,39 |
| Frete | 1.720,00 | 0,40 |
| Beneficiamento | 2.000,00 | 0,46 |
| Taxa de comercialização | 1.500,00 | 0,35 |
| Carga/descarga | 380,00 | 0,09 |
| Corretagem | 650,00 | 0,15 |
| Seguro | 91,00 | 0,02 |
| Total | 11.921,00 | 2,76 |

¹ 1 US\$ = Cr\$4.325,02 (06/08/92).

² Contribuição para o fundo da previdência social rural.

Fonte: COOPERATIVA (1992).

tivo de café¹⁸.

Na produção de mudas clonais, tem-se iniciado um esforço para ampliação da participação estatal. Atualmente, existe um único viveiro produzindo cerca de 150.000 mudas/ano. Como já foi mencionado anteriormente, um novo viveiro está sendo instalado em associação com a COOABRIEL para a produção de 500.000 mudas anuais.

Para o segundo ano (1993), esse viveiro terá condições de oferecer cerca de 1 milhão de mudas clonais. Os cooperados terão amplas facilidades para o pagamento das mudas: prazo de três anos e pagamento em produto.

Por fim, o apoio em termos de crédito para investimento, onde a atualização monetária será com base no "preço equivalência com base no preço mínimo de garantia ou nos preços levantados sistematicamente pela" (ESPÍRITO SANTO, 1992).

Trata-se de uma inovação vincular a atualização do empréstimo concedido, aos preços recebidos pelos produtores, pois um grande entrave para a operacionalização desses tipos de programas é a dificuldade dos produtores de venderem suas colheitas a preços garantidos pelo Governo Federal. Assim, o levantamento dos preços regionais por parte da SEAG

permitirá um encaixe maior do programa à realidade dos produtores.

Os investimentos voltados à cafeicultura são destinados a: equipamentos para melhoria da qualidade da bebida (terreiros, tolhas, lavadores, despulpadores, secadores, máquinas de beneficiamento, etc.) e produção de mudas clonais.

A prioridade dos empréstimos é para associações e cooperativas. Os pequenos produtores também têm acesso, mas os montantes são inferiores e nem todos os equipamentos são financiados.

Os dados consolidados para o mês de maio de 1992 indicavam a existência de 10 projetos orientados para a melhoria da produtividade e qualidade de café (ESPÍRITO SANTO, 1992).

Sinteticamente, são esses os esforços do Governo do Estado para recuperação da cafeicultura. Certamente, muito longe de responder as reais necessidades que a crise tem exigido.

Tem-se, também, medidas de âmbito federal. A prorrogação das dívidas dos produtores junto ao Banco do Brasil, constitui-se na mais importante decisão. Segundo estimativas, os produtores deviam cerca de CR\$175 milhões em 31/12/91 aos bancos. Essas dívidas foram prorrogadas até 30/04/92. Porém

muitos produtores continuam devendo aos bancos sem condições de pagamento.

Em 18/02/92 foram anunciadas medidas de apoio à exportação. Trata-se da "Política Ativa de Comércio Externo". "O novo pacote permitirá, segundo exportadores, que o Brasil obtenha um volume de vendas de 3 a 4 bilhões de dólares a mais que em 91" (MALTA, 1992).

"Ao incentivar as exportações, as novas medidas tendem também a reduzir a capacidade ociosa das indústrias. O setor de café solúvel, por exemplo, que depende basicamente das exportações já sente os primeiros efeitos positivos. Nossa previsão inicial era de um aumento de 17% em volume e de 20% em valor, mas poderemos superar essas cifras" (MALTA, 1992).

Esta política contempla interesses dos exportadores e indústrias de solúvel. Percebe-se que o segmento não tem um tratamento global. Mesmo o sucesso da "política Ativa de Comércio Exterior" terá suas metas comprometidas caso a modernização dos portos for frustrada pelos interesses dos estivadores.

Outra medida foi recentemente anunciada. Em 07/08/92 estiveram reunidos os governadores e secretários de agricultura dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, o ministro da economia e auxiliares, onde se estabeleceu que o café passaria a ter preço mínimo de garantia. Já ao final do mês, o secretário do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), Celsius Lodder, afirmou que o Governo Federal não dispõe dos recursos suficientes para garantir preços ao café, constituindo um claro retrocesso.

2.8 - Outros Agentes Relevantes

São inúmeras as articulações que estão preocupadas com a crise da cafeicultura. No nível macro, o Grupo de Trabalho Café elencou uma série de sugestões repassada ao Governo Federal.

O coordenador do Fórum Nacional dos Secretários Agrícolas levou aos representantes do Ministério da Economia uma proposta de conversão do valor devido em número de sacas a preços de US\$80 para tipo 6 bebida dura até US\$52 para o conillon tipo 7. O prazo de pagamento é de cinco anos, com dois de carência. No terceiro ano, o devedor pagaria 20% do débito, no quarto 30% e no quinto 50%.

Associações ABIC e ABICS, Conselho Nacional do Café, Organizações das Cooperativas do

Brasil, Sociedade Rural Brasileira, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Bancos Governamentais e outras associações têm divulgado nos jornais seus apelos para que se evite a decomposição do segmento.

Já ao nível micro, existem produtores autônomos de mudas clonais. Em São Gabriel da Palha funciona a empresa Verdebrás Biotecnologia, com capacidade de produzir 1,5 milhão de mudas anuais. Mil mudas clonais são vendidas por 10 sacos de café robusta. O pagamento é parcelado em três anos da seguinte forma: três sacos no primeiro ano, três sacos no segundo ano e quatro sacos no terceiro ano.

Recentemente, uma inovação importante desenvolvida por uma empresa nacional, foi um equipamento de beneficiamento de café cereja, que é capaz de despolar sem retirar completamente a mucilagem que envolve o grão. Esse processamento mantém o aroma e o corpo próprio do café que o Brasil coloca no mercado internacional. Segundo o gerente da empresa, cerca de 150 dessas novas máquinas encontram-se em operação. Os grãos que passam por este tipo de beneficiamento atingem preços até 30% superiores àqueles alcançados pelo café de melhor qualidade.

É pouco provável que os intermediários venham a usar tais novos equipamentos. Esses equipamentos terão penetração entre os produtores de cafés *gourmet* que possuem um mercado próprio, reduzido, porém em expansão.

3 - CONCLUSÕES

O segmento do robusta capixaba não reuniu, até o momento, capacidade para pressionar os agentes governamentais. Prova disto foi a pouca atenção dada às cartas enviadas à ex-ministra da economia e a última entregue ao "ex-presidente" durante a Rio-92.

A entrada em operação do empreendimento italiano trará importantes modificações no segmento. A expectativa existente é a de que, graças ao tipo de beneficiamento praticado, o café capixaba alcance melhores preços no mercado internacional.

Os produtores e as cooperativas também apostam numa melhoria nos padrões de comercialização com a possibilidade, inclusive, de acesso à exportação.

O arranquio de café no estado pode estar sendo mais que compensado pelo plantio de mudas clonais. Considerando que uma lavoura formada por clones apresenta produtividade três vezes superior às

lavouras comuns, percebe-se que não serão fortes as oscilações na produção capixaba a longo prazo.

As possibilidades de intervenção do Governo Estadual são remotas. Os programas de poda-desbrota, viveiros de mudas clonais e crédito estão longe de responder às necessidades da atual crise da cafeicultura. Como já apontou-se anteriormente, o serviço de extensão rural apresentou uma diminuição no número de técnicos lotados nas casas de agricultura.

Assim, no médio prazo, não parece que possa haver qualquer modificação significativa nas condições de comercialização do robusta, a não ser a continuação da queda persistente dos preços.

Tal diminuição de preços aumenta, no âmbito interno, a polêmica a respeito da constituição de um novo acordo. As indústrias já mostram-se dissidentes, reforçando a postura dos negociadores brasileiros na OIC. Muitos acreditam que o País já perdeu o que havia para ser perdido e apostam numa melhoria do mercado mesmo na ausência de regulação.

A política brasileira no mercado do café

passa por uma renovação. O expediente de fazer volume para exportação sem preocupações quanto a qualidade terá que ser, necessariamente, revisto. Por outro lado, o desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* em torno do produto brasileiro torna-se essencial.

Porém, sabe-se que as pressões para que o Brasil se empenhe na constituição de um novo acordo, não se restringem aos países produtores. A queda nas cotações está trazendo fortes prejuízos para as transnacionais General Foods, Procter & Gamble e Nestlé. "Elas figuram entre as empresas que com-praram boa parte do café vendido na baixa que se seguiu ao fim do acordo. Apostaram na recuperação do mercado que não veio. Hoje, carregam estoques estimados em 12 milhões de sacas. Como a recuperação não aconteceu, essas empresas pediram aos governos de seus países para defenderem a volta do acordo" (TEVE MARACUTÁIA NO ACORDO DO CAFÉ, 1992).

O mesmo periódico aponta que o interesse das transnacionais seria o de transferir o ônus da estocagem para os países produtores, sobretudo para o Brasil. Todavia, tal argumento é de difícil aceitação, uma vez que estas empresas também controlam o processamento industrial do café. Como não houve qualquer diminuição nos custos do produto final aos consumidores, as margens de lucro destas empresas cresceram. Muito dificilmente, tais empresas vão aceitar uma regulação que eleve os preços da matéria-prima, pois significaria uma redução real nas margens hoje praticadas.

NOTAS

¹Este estudo consiste no resultado de trabalho desenvolvido pelo autor através do convênio entre o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD) e Programa da Terra (PROTER), patrocinados pelo Ministère de la Coopération et du Développement Française. O autor agradece a colaboração de Eduardo Safons Soares e Viviane Araújo Soares, técnicos da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA), Vitória (ES).

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

³Um banco de desenvolvimento econômico por exemplo.

⁴"O café robusta produzido no Brasil pertence à espécie *Coffea canephora* e é mais conhecido pela designação conillon. Essa palavra é a corruptela da denominação francesa Kounillou, utilizada na África para identificar essa variedade de café" (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1987).

⁵"O problema do confisco cambial é muito delicado, mas não pode restar dúvida que através dele, o Governo capta uma parcela da valorização criada pela política de restrição. Na medida em que a política de valorização altera as relações de troca a favor do País, ela produz uma aceleração do desenvolvimento econômico, pelo menos a curto prazo, pois significa o enfraquecimento da mais grave restrição ao nosso desenvolvimento, que deriva do déficit do balanço de pagamentos. Não é possível julgar o confisco cambial, portanto, apenas do lado dos produtores, porque isso produz uma avaliação bastante injusta do papel desse instrumento na política cafeeira e suas implicações no desenvolvimento econômico do País" (DELFIM NETTO, 1967).

⁶Por exemplo, Jorio Dauster, último diretor do Instituto Brasileiro do Café.

⁷Entrevista com Paulo Fraga, técnico do Departamento de Agricultura do BANDES.

⁸Entrevista com Elias Dalla, atual diretor do Sindicato dos Torrefadores de Café do Espírito Santo.

⁹Entrevista com Elias Dalla.

¹⁰Entrevista com Elias Dalla.

¹¹Mauro Moitinho Malta, diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel.

¹²Mauro Moitinho Malta.

¹³Entrevista com Volmar Loss, pesquisador na Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo.

¹⁴Entrevista com Ricardo Santos, diretor do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES).

¹⁵Entrevista com Antonio J. de Souza Neto, atual presidente da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COOABRIEL).

¹⁶Entrevista com Constantino Scaldaferrro. O perfil desse produtor é o seguinte: 11.000 pés de café robusta, sendo 2.220 clonais, lavoura de banana e gado de corte. Toda a exploração familiar compreende 62 hectares.

¹⁷Entrevista com Volmar Loss.

¹⁸Entrevista com Volmar Loss.

LITERATURA CITADA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1987/88. Rio de Janeiro, IBC, 1989. 97p.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A. **Café: programa de melhoria da qualidade.** Vitória, BANDES, 1989. 23p.

_____. **Diagnóstico da cafeicultura capixa-**

ba. Vitória, BANDES, 1987.

CASER, Roque A. A atividade agropecuária e suas conseqüências sobre os sistemas ambientais. **Jornal da Coaabriel**, São Gabriel da Palha/ES, nº 54, maio 1992. 4p.

CENTRO DO COMÉRCIO DE VITÓRIA. **Carta à ex-Ministra da Economia.** Vitória, 01, maio de 1991.

_____. **Carta ao Presidente do Brasil.** Vitória, 02, jun. 1992a.

_____. **Estimativa regional do parque, produtividade e safra 92/93.** Vitória, 10, jun. 1992. 6p.

COOPERATIVA Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha, **Jornal da Cooabriel**, São Gabriel da Palha, ES, nº 54-56, 1992.

CORRÊA, Orlando. O acordo no centro do ringue. **Revista do Café**, RJ, **71(774):4-9**, ago./set. 1992.

DELFIN NETTO, Antonio & PINTO, Carlos A. de A. **O café do Brasil**, São Paulo, ANPES, 1967. 126p. (Estudos ANPES, 3)

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. **Plano de amparo à lavoura cafeeira.** Vitória, SATC, 1959. 9p.

_____. **Diretrizes para o setor agrícola, 1991-1994.** Vitória, 1991. 33p.

_____. **Programa estadual de crédito diferenciado.** Vitória, maio 1992. 21p.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ: Sugestão de incentivos. **Jornal do Café**, RJ, **1(6):6-7**, fev. 1992.

A GAZETA. Vitória, jan.-jul., 1992. (recortes diversos)

_____. Vitória, 26 jun., 1991. Suplemento especial, 14p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. **Diversificação da estrutura agrícola das regiões cafeeiras: plano preliminar.** Vitória, IBC, 1962. 78p.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto: diagnóstico tecnológico do setor de alimentos e bebidas no Espírito Santo.** Vitória, IDI-ES, 1992.

MALTA, Mauro M. Exportação de Café: sugestões de incentivo. **Jornal do Café**, RJ, **1(6):7**, fev. 1992.

MALTA, Mauro M. Perspectivas sombrias para o solúvel. **Revista do Comércio do Café**, RJ, **71(773):14**, mar./abr. 1991.

MERCADO do café solúvel brasileiro: retrospectiva de 1991, previsões para 1992. São Paulo, ABICS, 1991. 12p.

NAUM NETO, David. Cai número de cafés impuros ou com misturas. **Jornal do Café**, RJ, **1(9):3**, maio, 1992.

RAMOS, Wilson. Sindicato de corretores de café de São Paulo propõe parcerias. _____, RJ, **1(10):3**, jun. 1992.

RETROSPECTO DO MERCADO DE CAFÉ SOLÚVEL: 1º sem. de 1992. São Paulo, ABICS, 1992. 6p.

ROCHA, Haroldo C. & MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985.** Vitória, Fundação Ceciliano Abel e Almeida, 1991. 170p.

S.O.S. Cafeicultura Capixaba. São Gabriel da Palha, COOABRIEL, 1990. 26p.

SOUZA NETO, Antonio J. **Planilhas de custo de produção para café conillon.** Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COOABRIEL), São Gabriel da Palha/ ES. 1992 (dados não publicados)

SUMA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, p. 33, dez. 1991.

TEVE MARACUTÁIA NO ACORDO DO CAFÉ. **Jornal do Café**, RJ, **1(6):7**, fev. 1992.

TRISTÃO, Sérgio. Porto do Rio: ressurreição à vista. **Revista do Café**, RJ, **71(774):12-16**, ago.-set. 1991.

A VITÓRIA é dos capixabas. **Revista do Café**, RJ, **72(777):24-35**, jan.-fev. 1992.

